

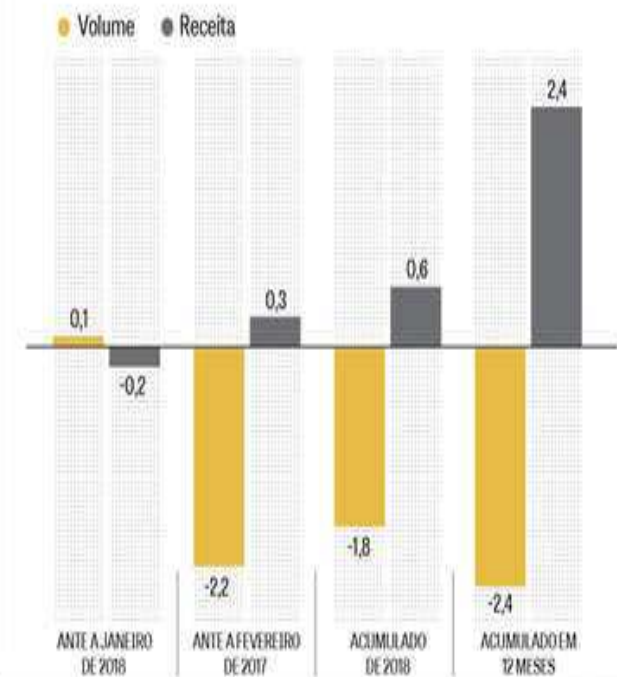
Serviços segue queda do comércio e indústria e cenário fica mais nebuloso

PASSANDO A LIMPO

Varição da atividade de serviços em fevereiro, frente a janeiro, por segmento ▶ Em %



Desempenho dos serviços no segundo mês do ano ▶ Em %



FONTE: IBGE

Com demora na recuperação do emprego e do consumo, atividades devem ter uma retomada mais lenta do que o esperado no fim de 2017, quando indicadores ensaiavam uma recuperação

VIVIAN ITO • SÃO PAULO

Acompanhando os resultados da indústria e do comércio, o setor de serviços apresentou desempenho fraco em fevereiro – de 0,1% frente a janeiro e queda de 2,2%, ante mesmo mês de 2017. Este era o resultado que faltava para confirmar que o dinamismo da economia no início do ano deixou a desejar.

INFORME

Na explicação do economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rafael Cagnin, para além do fraco dinamismo da economia no mês de fevereiro, que impactou o resultado de todos os setores, a recuperação do emprego também será crucial para uma retomada concreta e consistente em todos os segmentos dos serviços.

Mesmo que os índices de desemprego tenham arrefecido, o economista descreve como ainda altos, e com um perfil muito relacionado à informalidade e ocupações por conta própria, que não garantem estabilidade e confiança às famílias.

“As inserções permitem uma melhora mediana, porque esse rendimento tende a ser mais baixo e mais volátil de um mês para o outro. Pode ser que isso faça com que as famílias tenham precaução para retomar os seus níveis de consumo”, destaca.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo IBGE, os serviços prestados às famílias atingiram em fevereiro queda de 5,2% ante o mesmo período de 2017. Na comparação com o mês imediatamente anterior, a redução foi de 0,8%.

A segunda atividade a apresentar a maior queda na comparação com fevereiro de 2017 foi o segmento de informação e comunicação, que teve retração de 4,9%. Na comparação com janeiro, a queda foi mais leve, de 0,6%.

“No fundo, o emprego de carteira assinada precisa avançar permitindo que os funcionários tenham maior acesso ao mercado de crédito com juros mais baixos”, diz Cagnin.

Segundo ele, mesmo que o consumo de serviços não esteja relacionado ao acesso a crédito, a renegociação de dívidas atrasadas permite que as famílias tenham uma recomposição dos níveis de consumo.

Em linha com isso está a possibilidade de uma nova liberação do FGTS para quem pedir demissão.

De acordo com o economista, pode afetar de forma positiva o setor, também por conta da possibilidade de pagamento de dívida.

“Além disso, a dinamização da economia [advinda da liberação] pode melhorar o volume de produção das empresas e conseqüentemente faz com que contratem mais serviços.”

Segundo ele, a liberação pode trazer dois efeitos, uma de dinamizar a economia no curto prazo e outra de dificultar o financiamento da construção civil em médio ou longo prazo.

INFORME

Em resumo, ele acredita que o ano de 2018 ainda é um período de *standby*.

“A incerteza política vai fazer com que o processo de recuperação retarde o crescimento consistente do mercado.”

Queda de expectativa

Após o desempenho dos serviços em fevereiro – mesmo com uma base de comparação deprimida –, e o desempenho do mercado de trabalho, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), revisou a projeção do indicador para o ano.

De acordo com a entidade, a nova previsão é que o volume de receita do setor tenha uma variação negativa de 0,8%. A projeção anterior era de -0,2%.

“Dentre as atividades econômicas que compõem o setor produtivo, os serviços são aquelas com maior dificuldade em se recuperar após a recessão”, afirmou o economista-chefe da CNC, Fabio Bentes.

Segundo ele, o motivo desta dificuldade é a dependência da atividade interna, que se mantém fraca.

Segundo a entidade, nos últimos três anos, o setor acumulou perda de 11,8%.

Setores

No período, das cinco atividades acompanhadas pela pesquisa, apenas uma em fevereiro – ante janeiro –, apresentou resultado positivo.

Os serviços profissionais, administrativos e complementares atingiram no período 1,7% de crescimento e foram responsáveis pelo resultado levemente positivo do setor na mesma base de comparação.

A variação contudo não foi suficiente para recuperar a queda da atividade em janeiro (2,3%) ante dezembro.

(Fonte: DCI – 16/04/2018)

Uso da capacidade das fábricas volta ao normal em 52,4% dos setores industriais

Desde novembro, cerca de 78% da capacidade instalada está sendo usada pela indústria, nível que não era visto desde meados de 2016

Eduardo Laguna, O Estado de S.Paulo

Apesar da recuperação lenta da economia, a indústria começa a desatar um nó importante para a volta dos investimentos. Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostram que 52,4% dos setores da indústria de transformação já voltaram ou estão perto de voltar ao padrão histórico de ocupação da capacidade das fábricas.

A ocupação das linhas de produção vem acontecendo de forma gradual e ainda há pesos-pesados, como as indústrias de automóveis e metalúrgica, entre os retardatários do processo. Mas, desde novembro, a indústria vem usando por volta de 78% de sua capacidade produtiva, um nível de aproveitamento que não era visto havia 20 meses. Apesar de mostrar muita oscilação, o dado engatou trajetória de alta quando, no começo do ano passado, o consumo dos produtos no Brasil começou a sair do buraco e se encontrou com o crescimento das exportações, até então a válvula de escape das empresas diante da falta de demanda interna.

Com isso, alguns setores já voltaram a operar dentro de um nível considerado normal de utilização da capacidade produtiva. Números calculados pela CNI a pedido do *Estadão/Broadcast* mostram que, entre novembro e fevereiro, cinco dos 21 ramos da indústria de transformação operaram em patamar parecido ou até acima da média histórica de uso da capacidade instalada – entre eles, as indústrias de papel e celulose e farmacêutica.

Outros seis setores – numa lista que inclui as fábricas de produtos têxteis, de vestuário e de móveis – estão perto de voltar à normalidade, apresentando uma ociosidade inferior a 1% em relação à média histórica. As fábricas, vale observar, costumam preservar uma folga em relação ao potencial máximo de produção para não serem surpreendidas por momentos de superaquecimento de demanda. “Alguns setores já estão conseguindo colocar o nariz para fora d’água”, disse Marcelo Azevedo, economista da CNI.

Distância. Abaixo dessa “linha d’água”, dez atividades estão mais longe de resolver a questão da ociosidade deixada pela crise. Esse grupo inclui setores de grande peso na

INFORME

atividade industrial, casos das indústrias automobilística, metalúrgica e de produtos químicos, assim como os fabricantes de alimentos e bebidas.

Somados à indústria de máquinas e equipamentos, e a outros ramos também presentes nessa lista, representam 41% do PIB industrial.

“Ninguém quer administrar novamente uma situação de excesso de estoque nos pátios das fábricas porque isso significa grande prejuízo. Para religar máquinas e contratar mais, as empresas precisam ter certeza sobre o que vem pela frente”, disse o economista da CNI. “De qualquer forma, isso está ficando cada vez mais viável.”

Ociosidade menor abre espaço para investimento

Pela primeira vez desde 2013, o total de indústrias que planeja elevar investimentos é maior que o número das que preveem reduzir

Eduardo Laguna, O Estado de S.Paulo

A queda da ociosidade na indústria, mesmo que em um ritmo considerado abaixo do esperado, reforça as previsões positivas sobre os investimentos no Brasil, que devem interromper em 2018 quatro anos seguidos de encolhimento.

Pelos cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os investimentos líquidos – aqueles que adicionam capacidade produtiva na economia – voltarão a crescer num ritmo anual próximo de 20% neste e no próximo ano.

Mesmo que ainda haja ociosidade na indústria – a produção segue 17,8% abaixo do pico registrado em junho de 2013 – e que a economia continue crescendo menos do que o seu potencial até o ano que vem, o coordenador do grupo de estudos de conjuntura do Ipea, José Ronaldo de Souza Júnior, diz que o atual estágio da recuperação econômica demanda mais investimentos em modernização de processos, bem como em linhas de novos produtos.

“Além disso, há setores, como o da indústria extrativa mineral e de infraestrutura, que precisam ampliar a capacidade instalada”, acrescenta o pesquisador.

Cenário. Não por acaso, se as previsões da maioria dos economistas estiverem corretas, o consumo das famílias e a Formação Bruta de Capital Fixo, sinônimo de investimentos, serão os motores do crescimento econômico de 2018, estimado em 2,8% pelo mercado.

INFORME

A leitura dos economistas é que, depois de um período de cortes nos investimentos, as empresas voltarão a investir porque vivem hoje uma situação de maior equilíbrio financeiro, após os programas de redução de dívidas e de reestruturação executados durante a crise.

Além disso, os cortes na taxa básica de juros (Selic) sugerem alívio no custo dos financiamentos, ainda que eles não tenham sido totalmente repassados aos tomadores finais de crédito.

Essa maior propensão a investir foi capturada em pesquisa da Fundação Getulio Vargas (FGV) que apurou que a intenção de investimentos chegou, no primeiro trimestre, ao nível mais alto desde o fim de 2013.

A FGV constatou que o total de indústrias dispostas a elevar investimentos nos próximos 12 meses voltou a ser maior do que o número que planeja reduzir.

Sinais de que os investimentos estão saindo do estado de letargia também são dados pelas importações de bens de capital – com alta de 14,5% no primeiro trimestre, frente ao mesmo período do ano passado – e pelo crescimento de 3,8%, ainda no comparativo com o ano anterior, dos investimentos no último trimestre de 2017.

Foi a primeira alta desse componente do PIB no comparativo ano a ano em quase quatro anos.

“Em tese, os setores que estão mais próximos de resolver o problema da ociosidade devem ser os primeiros a retomar os investimentos em expansão industrial”, disse Marcelo Azevedo, economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Período de enxugamento. Em 2013, último ano de crescimento consistente da economia, a parcela dos investimentos destinada a ampliar a capacidade de produção de produtos e prestação de serviços do País – como a compra de novos equipamentos para uma fábrica ou a construção de uma estrada – chegou a 46,5%, segundo cálculos do Ipea.

Depois disso, foi recuando até chegar a 18% no ano passado, quando a maior parte dos investimentos (82%) foi feita apenas para repor a depreciação dos ativos empregados na produção.

(Fonte: Estado de SP – 16/04/2018)

INFORME

FOLHA DE S.PAULO

MPT recomenda a trabalhadores de frigoríficos que não façam acordos coletivos

As empresas do setor se dizem "revoltadas" com a manifestação

Laís Alegretti - BRASÍLIA

Preocupado com os impactos da reforma trabalhista, o MPT (Ministério Público do Trabalho) enviou uma recomendação a sindicatos de trabalhadores da área de alimentação para que não celebrem acordos coletivos previstos na nova lei. As empresas do setor se dizem "revoltadas" com a manifestação. Em documento enviado aos representantes dos trabalhadores, o MPT argumenta que a melhoria das condições de trabalho em frigoríficos conquistada nos últimos anos pode ser revertida pela reforma trabalhista. "A reforma trabalhista representa um profundo retrocesso, ao ponto de autorizar o trabalho de gestantes em [atividades insalubres em] frigoríficos", diz o procurador do trabalho Sandro Sardá, que assina o documento.

A recomendação é que os sindicatos devem se recusar a assinar acordos ou convenções coletivas que representem redução dos direitos conquistados, como redução de intervalo para descanso. O MPT diz que as recomendações devem ser adotadas imediatamente, sob risco de "medidas judiciais cabíveis". Hoje há cerca de 450 mil trabalhadores em frigoríficos.

As empresas pretendem enviar reclamação ao Conselho Nacional do Ministério Público, de acordo com o vice-presidente da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), Ricardo Santin. "Estamos nos revoltando contra a medida", disse. "É muito estranho o MPT trabalhar contra uma lei que foi democraticamente redigida e aprovada." O ofício do MPT foi enviado em dezembro.

O diretor executivo do Sindicato da Indústria da Carne e Derivados de Santa Catarina, Ricardo Gouvêa, diz que o documento tem "tom de ameaça" e que os sindicatos não discutem mudanças, como extensão da jornada.

Representante de sindicatos, o presidente da CNTA (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins), Artur Bueno, confirma que há resistência em firmar novos acordos. Há muitos problemas, diz ele: "A maioria das atividades em frigorífico são penosas, com esforço repetitivo. Grande parte trabalha em baixa temperatura, de 10°C a 12°C."

(Fonte: Folha de SP – 16/04/2018)

7

INFORME

DECISÕES

Valor
ECONÔMICO

Licença-maternidade

A 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF) reformou sentença para considerar que o início da licença-maternidade da autora deve se iniciar somente a partir da saída de gêmeos prematuros da internação. A turma decidiu, ainda, que os dias em que permaneceram internados devem ser considerados como licença por motivo de doença de pessoa da família. A juíza de primeiro grau havia julgado improcedente o pedido de prorrogação de licença-maternidade ajuizado por mãe de trigêmeos que nasceram prematuros e permaneceram em UTI neonatal por 29 dias. Em segunda instância, o relator do caso (processo nº 07237199120168070016) explicou que a licença-maternidade é benefício concedido em prol dos recém-nascidos, que necessitam dos cuidados da mãe por tempo integral. Assim, observou que a internação prolongada dos bebês e os diversos problemas de saúde que apresentaram no período - o que acarretou, inclusive, a morte de um deles - impediram a concretização de uma das finalidades da licença, qual seja, a de convivência e estreitamento do laço afetivo entre a mãe e os filhos.

Dano moral coletivo

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou a Drogaria Capilé, de Triunfo (RS), a pagar indenização de R\$ 50 mil por dano moral coletivo por não recolhimento de FGTS. O montante da condenação será revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em ação civil pública, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Montenegro (RS) apontou diversas irregularidades cometidas pela empresa e pediu, além da regularização do recolhimento do FGTS, a condenação por dano moral coletivo. Tanto o juízo de primeiro grau quanto o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio Grande do Sul julgaram improcedente o pedido de indenização, com o entendimento de que a omissão do empregador justificaria apenas a reparação material aos empregados. Ao analisar o recurso do sindicato ao TST (RR-365-49.2012.5.04.0761), o relator, ministro Mauricio Godinho Delgado, destacou que o descumprimento da legislação no caso "acarretou manifesto dano social, decorrente da ofensa ao patrimônio moral da coletividade de seres humanos que vivem de sua força de trabalho".

(Fonte: Valor Econômico – 16/04/2018)